

RELATÓRIO E CONTAS 2022

RELATÓRIO E CONTAS 2022

Publicação da responsabilidade da Direção
da Transparência e Integridade, Associação Cívica

Lisboa, março de 2023

Foto de Capa:

Artem Maltsev/ Unsplash

Mensagem da Direção

Cara/os Associada/os,

Apresentamos o Relatório de Gestão e Contas de 2022 com elevado espírito de superação de diversos desafios, internos e externos, e de realização da missão e dos objetivos da nossa Associação.

A nível interno, em face das mudanças verificadas com impacto na gestão e atividade associativas, nomeadamente, no processo e escrituração das contas associativas, no fornecedor de serviços de contabilidade, na recomposição dos órgãos sociais, em especial da Direção e do Conselho Fiscal, e na saída de um colaborador e entrada de um novo. A nível externo, resultante, sobretudo, da transição e adaptação ao contexto pós-pandemia — e consequente retoma de iniciativas e atividades, sobretudo, no âmbito dos projetos e eventos assumidos e participados pela TI Portugal —, e da crise económica por efeito, nomeadamente, da guerra, inflação, crise energética e diminuição do consumo — com potencial impacto nas adesões e quotizações da Associação, entre outros.

Mas o ano de 2022 foi, também, um ano positivo e meritório para a sustentabilidade organizacional da Associação, no domínio dos recursos, iniciativas e resultados, como é demonstrado neste Relatório.

A gestão da presente Direção tem tido um enfoque na capacitação, comunicação, planeamento e organização, sobretudo interna, da Associação, com o objetivo último de a TI Portugal liderar e ser uma referência pelo exemplo. É uma tarefa sempre árdua e desafiante para qualquer organização (colaboradores, dirigentes associativos e demais associados), mas essencial para robustecer — de forma segura, aberta e sólida —, o desempenho, inovação, conhecimento, memória, reputação e sucessão institucionais da Associação.

A todas as pessoas – associados, colaboradores, dirigentes associativos, parceiros, seguidores — que, pelo seu constante empenho e dedicação, contribuem para um país e sociedade livres de corrupção e bem governados — com mais transparência, ética, integridade e responsabilidade —, e uma Associação independente, exigente, aberta e aprendente, o nosso muito obrigado!

Saudações transparentes!

A Direção

O presente relatório presta contas da gestão financeira e económica anual da Transparência e Integridade, Associação Cívica durante o ano 2022, em cumprimento do disposto nos artigos 20.º e 34.º dos Estatutos.

Adicionalmente, detalha atividades e projetos desenvolvidos pela organização no período a que corresponde tendo presente os objetivos que se propõe atingir desde a sua fundação, a 17 de setembro de 2010, designadamente *“combater a corrupção e defender os valores e direitos humanos Associados, em especial a transparência, integridade e responsabilidade, promovendo-os junto da opinião pública, cidadãos e instituições e empresas públicas, privadas e sociais, nomeadamente através da realização de campanhas públicas, projetos de investigação, ações de formação, atividades e eventos culturais e da cooperação para o desenvolvimento com outras organizações governamentais e não-governamentais.”*

No cumprimento da sua missão institucional, a Transparência e Integridade, Associação Cívica goza do Estatuto de Utilidade Pública, por via da acreditação enquanto Organização Não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD) desde 2016, e é, desde 2017, a representante portuguesa (Capítulo Nacional) da Transparency International, rede global de ONG anticorrupção presente em mais de 100 países, razão pela qual assume publicamente a designação Transparência Internacional Portugal (TI Portugal).

A TI Portugal é ainda o Ponto de Contato da Sociedade Civil da Community of Democracies, membro da Tax Justice Network, da Whistleblowing International Network, da Open Spending EU Coalition, da Open Government Partnership Portugal, da UNCAC Coalition e do Think Tank – Risco de Fraude e Recursos Financeiros da UE, dinamizado pela Procuradoria-Geral da República.

2022 em Números

Recursos Humanos



3 trabalhadores (staff)
2 consultores externos (projetos Guiné Equatorial)

Outreach



62 398 utilizadores únicos no Website
54 498 seguidores nas Redes Sociais
3 144 subscritores Newsletter semanal

Recursos Técnicos



1 Serviço especializado de Contabilidade
1 Serviço especializado de Processamento Salarial
1 Serviço especializado de Webmastering
2 Serviços especializados de Auditoria
1 Serviço especializado de Avaliação de Projetos
1 Serviço especializado de Limpeza

Projetos e Campanhas



9 projetos implementados e desenvolvimento de 10
campanhas de advocacia
Valor agregado angariado nestes projetos para
financiamento das atividades da associação
725 647,68 €

Recursos Tecnológicos



1 Acesso Office 365 via TI-S
1 ERP/ CRM
2 Alojamentos web
1 Serviço Mass Mailing
1 Serviço Zoom Pro
4 Canais Social Media
10 CloudStorage (Tresorit)
Outros recursos (plugins, subscrições software)

Eventos



17 eventos realizados
participação presencial e online de cerca de 380 pessoas

Associados

Associados

Os GADI – Grupos de Apoio e Discussão – foram criados em 2021 com vista a aproximar os Associados da atividade e missão da Associação, aumentar a participação e integração daqueles na vida da Associação, conhecer, mapear e potenciar o capital humano da Associação e capacitar e aprofundar a qualidade, eficácia e resposta de intervenção sobre a sua agenda. Juntamente com a Área reservada Membros, eles constituem os principais polos de envolvimento dos sócios.



Em 2022, realizaram-se 11 reuniões e seminários GADI, com exceção no mês de agosto, porquanto os GADI ocorrem todas as primeiras quartas-feiras do mês. Desde a sua criação têm registado uma boa adesão, com tendência crescente, por parte dos Associados, mas ainda está muito aquém do esperado tendo em conta o universo potencial de 1385 Associados ativos. Isto, não obstante ocorrer divulgação permanente na nossa página eletrónica e comunicação semanal aos Associados.

No que concerne a novas adesões, o ano de 2022 foi um ano de decréscimo - 47 contra 91 em 2021 – contrariando a tendência dos últimos 3 anos. Considerando que temos agora mais recursos humanos e ser possível haver dedicação especializada à gestão de Associados, estão planeadas medidas reforçadas de diagnóstico, comunicação interna e externa, e angariação de novos Associados.

Os Associados nacionais concentram-se geograficamente no litoral e centros urbanos, com maior expressão nos distritos de Lisboa (40,46%) e do Porto (16,54%), seguidos de Setúbal (7,53%), Braga (5,44%) e Coimbra ((5,22%), segundo dados da amostra. Os Associados internacionais concentram-se na Europa Central e América do Norte.

As Associadas são, em média, 1,67 anos mais jovens que os Associados. A proporção de Associadas tem vindo a aumentar nos últimos anos, mas mantém-se muito abaixo da paridade (média global abaixo dos 25%). Existem cerca de 100 Associados reformados/aposentados/desempregados.

Ano	N	%	♀	%	♂	%
2010	21	1,52%	7	0,51% (33,33%)	14	1,01% (66,67%)
2011	32	2,31%	2	0,14% (6,25%)	30	2,17% (93,75%)
2012	160	11,56%	29	2,10% (18,13%)	131	9,47% (81,88%)
2013	488	35,26%	97	7,01% (19,88%)	390	28,18% (79,92%)
2014	142	10,26%	29	2,10% (20,42%)	113	8,16% (79,58%)
2015	70	5,06%	15	1,08% (21,43%)	55	3,97% (78,57%)
2016	44	3,18%	15	1,08% (34,09%)	29	2,10% (65,91%)
2017	45	3,25%	10	0,72% (22,22%)	35	2,53% (77,78%)
2018	43	3,11%	4	0,29% (9,30%)	39	2,82% (90,70%)
2019	93	6,72%	29	2,10% (31,18%)	64	4,62% (68,82%)
2020	108	7,80%	28	2,02% (25,93%)	80	5,78% (74,07%)
2021	91	6,58%	24	1,73% (26,37%)	67	4,84% (73,63%)
2022	47	3,40%	12	0,87% (25,53%)	34	2,46% (72,34%)

% do universo de associados

% da amostra anual

Género

Universo	♀	♂
N	1391	1086
%	100%	78,10%

Ano de nascimento/idade + género

Amostra c/ ano de nascimento	♀	♂
N	764	590
Média (x̄)	50,78 anos	51,16 anos
%	54,92% (100%)	78,07% (77,23%)

% do universo de associados

% da amostra c/ ano de nascimento

Geografia

Universo	PT	
N	1391	37
%	100%	2,66%
Mapeados	1259 (90,51%)	34 (2,44%)

% do universo de associados

Atividade 2022

Capacitação organizacional

O contexto pós-pandémico permitiu que se retomassem as atividades presenciais durante o ano 2022 de forma regular, com impacto muito positivo na dinâmica organizacional, já que os dois anos anteriores foram marcados por imensas dificuldades no que concerne ao desenvolvimento das atividades programadas para os diferentes projetos em curso. Ainda que o reforço dos recursos técnicos e tecnológicos tenha garantido a prossecução dos cadernos de encargos contratados com os nossos doadores, o nível de exigência imposto por entidades financiadoras como a Comissão Europeia, demandou um esforço extraordinário da equipa, quer ao nível do reajustamento das atividades, quer ao nível do tempo de serviço, a fim de garantir a execução dos projetos sem desvirtuar os seus objetivos e sem colocar em risco a sua execução financeira.

Assim, a chegada a 2022 tornou o trabalho mais ágil e mais consistente no que toca aos contactos com *stakeholders* relevantes para transmissão de recomendações e boas práticas e na sensibilização do público em geral para as causas e consequências do fenómeno da corrupção, reforçando o posicionamento crítico e de alerta da Associação perante as falhas dos sistemas de integridade, mas também a promoção de soluções sólidas e construtivas com vista ao incremento da transparência, integridade e luta anticorrupção, em Portugal e no Mundo.

O rigor e a inovação das nossas propostas em diferentes domínios, desde a contratação pública ao combate aos fluxos financeiros ilícitos e ao branqueamento de capitais, tem sido reconhecido nacional e internacionalmente, designadamente através da participação em diferentes fóruns nacionais e internacionais de referência.

No plano nacional, a Associação é membro do Think Tank PGR, grupo de reflexão que visa “Conhecer a Realidade, Avaliar o Risco e Definir Estratégias de Prevenção de Fraude”, e da Open Government Partnership, a rede nacional da organização internacional dedicada a promover uma administração mais aberta e responsável.

No plano internacional, além das iniciativas lideradas pela Transparency International, destacamos a atividade da Associação enquanto membro fundador da Open Spending EU Coalition, uma iniciativa de organizações da sociedade civil europeias apostadas em defender os fundos europeus, e o convite para integrar a UNCAC Coalition, a coligação mundial de organizações da sociedade civil trabalhando para fazer avançar a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção.

Em paralelo com a participação em múltiplos eventos nacionais, tivemos também assinalável participação em eventos internacionais, enquanto oradores, a saber:

- *Building Transparency with Integrity Pacts in Europe*, conferência de encerramento do projeto Pacto de Integridade (8 de fevereiro 2022)
- *Shaping an Anticorruption Environment: Education and Partnerships to Create a Positive Impact*, conferência realizada pela Fundação Minerva e Universidade Lusíada do Porto com o apoio UNODC Mozambique (5 maio 2022)
- *COVID-19 Contracting*, sessão realizada no âmbito da TI Movement Summit (20 junho 2022)
- *Dont' Be Afraid To Litigate*, sessão realizada no âmbito da TI Movement Summit (22 junho 2022)
- *Youth Integrity Initiative – Challenging Corruption*, sessão realizada no âmbito das Estoril Conferences (2 setembro 2022)
- *Community Call: Advocating for open contracting at global anticorruption events*, sessão pedida pela OGP para partilha de boas práticas com ONG de Itália (3 novembro 2022)
- *Transnational Networks Against Kleptocracy*, sessão integrada no Global South Forum on Asset Recovery, Nairobi, Quênia (7-9 novembro 2022).

No domínio dos recursos financeiros, mantém-se os desafios relacionados com a falta de financiamento irrestrito (não associado à implementação de projetos específicos). Esta circunstância encontra-se atualmente mitigada com a instalação do Centro Transparente – Centro de Documentação e Informação sobre Transparência, Boa Governança e Democracia na Biblioteca Manoel Chaves Caminha em Alvalade, por via do protocolo assinado com a Junta de Freguesia, que cedeu as instalações onde trabalha em permanência a equipa atualmente constituída por Karina Carvalho (Diretora Executiva), Martim Agarez (Técnico Financeiro e de Projetos), Maria Lopes (Técnica de Informação e Projetos) e David Almeida (Assistente de Projetos).

No domínio dos recursos humanos, Maria Lopes, Técnica de Informação e Projetos, substituiu João Oliveira, Técnico de Comunicação, que cessou as suas funções na Associação em setembro. David Almeida, Assistente de Projetos, foi contratado já em 2023. A esta equipa de 4 pessoas compete assegurar todas as tarefas inscritas nos cadernos de encargos dos projetos financiados, e todas as restantes atividades da organização, nomeadamente de gestão estratégica, operacional e financeira, bem como o apoio ao universo de Associados.

Comunicação

As atividades, projetos e campanhas da TI Portugal foram, assim, comunicados ao longo de todo o ano de 2022, através de diversas plataformas, como o site da TI Portugal (agenda, notícias, páginas dedicadas); a Newsletter “Transparência em Notícia” (cerca de 2.450 subscritores, enviada semanalmente); a Newsletter Transparência em Ação (enviada para os Associados TI Portugal, mensalmente), *emailings* para várias bases de dados (Associados, inscritos e participantes nas atividades TI Portugal); Posts nas redes sociais da TI Portugal; *Press Releases*, etc.

Em geral, os dados obtidos em 2022 - considerando todos os meios de comunicação utilizados pela TI Portugal - mantiveram-se em linha com os já obtidos no ano de 2021, ainda que com aumentos significativos em plataformas como o Instagram, onde um crescimento substancial é sempre mais difícil de obter, e o Twitter.

O LinkedIn também se configurou uma excelente rede social para divulgarmos a nossa atividade, com cada vez mais seguidores e que continua a verificar aumentos graduais, e onde podemos atingir um público-alvo num contexto diferente e mais profissional.



Por sua vez, no YouTube podemos constituir um acervo importante relativo às atividades e eventos que a TI Portugal vem desenvolvendo ao longo dos anos, para divulgação nos nossos meios e consulta futura por parte de todos os interessados.

Nas redes sociais TI-PT, o fundamental será manter o fluxo constante de publicações e atualizações, direcionadas para o nosso trabalho e para as nossas atividades, gerando também tráfego para o *website*.

Será ainda importante continuar a criar uma identidade gráfica e estilística própria e consistente para cada plataforma e adequada a cada projeto/campanha (ver exemplo da campanha de comunicação do Festival Transparente 2022), que acabe por se tornar facilmente identificável para o nosso público-alvo e apelativa para quem se depara com os nossos conteúdos pela primeira vez.

O contínuo crescimento das visualizações e visitantes no *website* da TI Portugal demonstram o interesse da sociedade nas temáticas da corrupção, mas também da qualidade e pertinência do trabalho desenvolvido. Devemos continuar a privilegiar a criação de conteúdo próprio (como *blogposts*, agenda de eventos e páginas dedicadas), que, além de constituir o conhecimento acumulado da Associação, é também fonte de conteúdos para partilhar nas newsletters e redes sociais e atrair novos seguidores e potenciais Associados.

Por fim, as *newsletters* são um veículo de custo-benefício bastante eficaz para criar e fortalecer relações com o nosso público-alvo, além de manter o contacto com os Associados, seguidores e demais interessados. Como fonte de informação por excelência, são uma ferramenta ideal para aumentar a consciência dos subscritores para as nossas causas, devendo ser usadas para promover os conteúdos próprios, campanhas e projetos em curso, fazendo com que sejam vistos como informação especializada.

No final do ano de 2022, o número de subscritores da *newsletter* semanal “Transparência em Notícia” era de 3.144 (face aos 2.396 de 2021), com um alcance total de 25%, uma evolução bastante significativa. Este crescimento foi sendo sustentado através de uma campanha periódica de angariação de novos subscritores nas redes sociais e também do envio dos emails à hora com maior potencial de conversão em aberturas, através da plataforma SendinBlue. O número de emailings enviados também foi bastante expressivo, assim como a sua taxa de alcance total (27%), embora estes envios sejam por norma mais temáticos e direcionados para públicos-alvo específicos (Associados TI-PT, inscritos em atividades, etc).

O *website* da TI Portugal é a principal plataforma de divulgação das atividades, projetos e campanhas desenvolvidos, bem como o site do projeto APROFORT. Em 2022, o *website* da TI Portugal contou com a visita de 62.398 utilizadores únicos, num total de 116.236 visualizações.

Em relação a 2021, registou-se uma estabilidade no número de utilizadores únicos (com um aumento circunstancial de 734) e um aumento de visualizações totais de 3.529. Os utilizadores do nosso *site* são oriundos principalmente de Portugal, do Brasil, dos Estados Unidos, de Angola e de França. Importa também destacar que 88,8% dos que visitaram o nosso *site* em 2022 fizeram-no pela primeira vez. No *site* do projeto APROFORT registámos 1.786 utilizadores únicos, num total de 4.076 visualizações.

No total, em 2022, publicámos 56 *blogposts* (14.231 visualizações totais) e 17 eventos na agenda do *site* (858 visualizações totais). À semelhança do ano anterior, as páginas mais visitadas foram a do Índice de Perceção da Corrupção (22.148), a homepage do *site* da TI Portugal (14.737) e a página da campanha dos Vistos Gold (7.737).

O artigo mais visitado do *site* refere-se aos casos de corrupção mais marcantes dos últimos 30 anos, que, apesar de ter sido escrito em 2019, recebeu 7.414 visitas. Por sua vez, o artigo publicado em 2022 com mais visitas está relacionado com a ligação entre corrupção e conflitos armados, neste caso específico sobre a guerra na Ucrânia, que obteve um total de 1.212 visualizações.

O Facebook foi a rede social em que tivemos maior presença. Apesar da redução de 499 seguidores face a 2021, este número deve-se sobretudo às periódicas limpezas de seguidores e perfis falsos realizadas pelo Facebook. Esta continua a ser a rede social com maior expressão e maior número de seguidores e também a maior fonte de tráfego para o *site* da TI Portugal. No total fizemos 148 publicações, com um alcance de 94.443 entre publicações e eventos, o que gerou um total de 5603 interações.

O Instagram é a rede social que vai ganhando mais popularidade entre o público-alvo da TI Portugal, num contexto de procura de informação. A TI Portugal conta com 1.230 seguidores no Instagram, onde o crescimento é mais lento, dadas as particularidades desta rede social. No total, nesta rede social, fizemos 105 publicações, com um alcance total de 15628 pessoas, o que gerou 970 interações.

O Twitter é também uma das plataformas mais utilizadas pela TI Portugal e aquela em que fizemos mais publicações. Em 2022, a TI Portugal continuou a tendência de crescimento nesta rede social, com um total de 4076 seguidores, um aumento de 402 relativamente a 2021. Nesta rede social, fizemos 458 publicações, tendo obtido um alcance de 11.923 contactos e um total de 246.732 interações. O país de origem da maior parte dos seguidores é, naturalmente, Portugal: ao todo, 72,21% dos utilizadores que nos seguem são do nosso país. Tal como em 2021, e pela mesma ordem, seguem-se o Brasil (4,56%), Reino Unido (3,06%), Estados Unidos (2,34%) e Bélgica (2,29%).

O LinkedIn também é uma boa ferramenta para chegarmos ao público-alvo, num contexto profissional. No total fizemos 91 publicações ao longo do ano, tendo tido um alcance de 30.820 e gerado 2.424 interações.

O YouTube é uma plataforma bastante útil para chegarmos ao público-alvo, especialmente numa lógica de sistemática divulgação de projetos e atividades, assim como para arquivo e futura disseminação dos mesmos. No total, publicámos 24 vídeos em 2022, tendo obtido 1.608 visualizações.

	Páginas do website	Visualizações	Visitantes Únicos
1	Índice de Perceção da Corrupção 2021	22.148	18.125
2	Vistos Gold	14.737	11.710
3	Proteger quem Denuncia	3.031	2.547
4	Transparência dos Beneficiários Efetivos	1.158	924
5	Provedoria TI-PT	1.541	1.212
6	Publicações	819	699
7	Contratação Transparente	674	555
8	Festival Transparente 2022	657	569
9	Negócios Fantasma	539	446
10	Plano de Recuperação e Resiliência	463	402
11	Cleanbiz	379	288
12	Newsletters	361	328
13	Integridade na Política	332	267
14	Perguntar não ofende	318	270
15	Autarca pelo Bom Governo	317	286
16	Caderno de Encargos	265	240
17	Jogo Limpo	219	194
18	Anticorrupção na CPLP	174	147
19	Magistrados no Governo	164	150
20	Exporting Corruption	74	58

62.398

Utilizadores Únicos

116.236

Visualizações

	Redes	URL	Total de Seguidores	
			2022	2021
1	Facebook	https://www.facebook.com/transparenciapt	47580	48079
2	Twitter	https://twitter.com/transparenciapt	4076	3674
3	LinkedIn	https://www.linkedin.com/company/transparenciapt/	1612	N/A
4	Instagram	https://www.instagram.com/transparencia_integridade/	1230	1152

Facebook Page followers ①

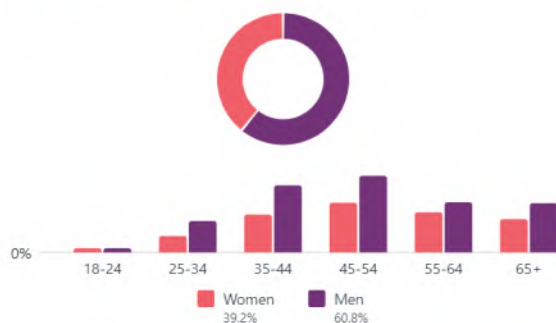
47,580



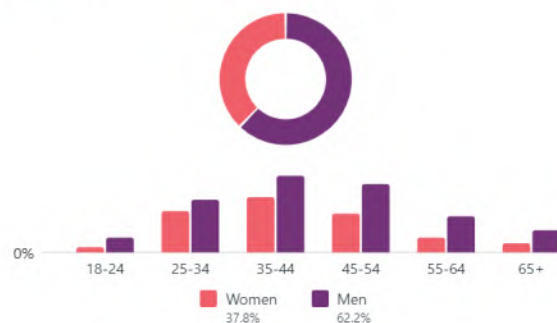
Instagram followers ①

1,230

Age & gender ①



Age & gender ①



Eventos

Quanto aos eventos, em 2022, a TI Portugal organizou 11 eventos, no âmbito de vários projetos e campanhas, muitas vezes em colaboração com outras instituições. No total, tivemos mais de 280 participantes registados.



**Direitos Humanos
e Boa Governança
na Guiné Equatorial:
O lugar da Sociedade Civil**

22 JUN

Aud. Mário Monteiro
Edifício Sardenhas Novas
Lisboa

18:00 - 20:00



	Título do Evento	Total de Inscritos	Total de participantes	Data	Localização
1	Workshop: Advocacia baseada em Dados sobre Perceções de Corrupção – Projeto EPOCA	47	41	17/02/2022	Online (ZOOM)
2	Workshop: Advocacia baseada em Dados sobre Perceções de Corrupção – Projeto EPOCA	47	22	18/02/2022	Online (ZOOM)
3	Integrity Pacts EU (Final Reporting Workshop - Partners Event)	32	31	29/03/2022 a 31/03/2022	Hotel Mundial, Lisboa
4	Training Session – Projeto APROFORT	15	12	20/06/2022 a 23/06/2022	Centro Transparente, Lisboa
5	Seminário APROFORT	N/A	19	22/06/2022	ISCTE, Lisboa
6	CLEANBIZ International Seminar	N/A	21	27/06/2022	Colégio Almada Negreiros – Universidade Nova de Lisboa
7	Workshop “Youth Integrity initiative challenging corruption”	N/A	12	02/09/2022	Conferências do Estoril
8	Conferência “Transparência dos Beneficiários Efetivos” – Projeto CSABOT	57	41	15/09/2022	Inspira Liberdade Boutique Hotel, Lisboa
9	EPOCA Project Final Conference*	N/A	N/A	21/09/2022 e 22/09/2022	Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Online

	Título do Evento	Total de Inscritos	Total de participantes	Data	Localização
10	Integrity Training Day Train-the-Trainer (DGEG)	22	20	19/10/2023	Centro Transparente, Lisboa (manhã) Museu Bordalo Pinheiro, Lisboa (tarde)
11	Formação sobre Beneficiários Efetivos – Projeto CSABOT	148	64	26/10/2022 e 27/10/2022	Online (ZOOM)

Além destes eventos, essencialmente relacionados com projetos contratualizados, realizámos como habitualmente o Festival Transparente, celebrando o Dia Internacional Contra a Corrupção (9 de dezembro), com seis iniciativas realizadas, conforme abaixo indicadas, combinando atividades presenciais e *online*, em que participaram mais de 100 pessoas.



Projetos e Campanhas

Em 2022, a atividade da Associação manteve-se alinhada com as prioridades de objetivos definidos pela Estratégia 2030 da Transparency International: *Holding Power to Account – A Global Strategy Against Corruption 2021-2030*.



1. Checks and balances

Advance institutional checks and balances against concentration of power



2. Enforcement

Accelerate the enforcement of anti-corruption standards for accountability



3. Social oversight

Activate social oversight to protect the common good



1. Proteger os Recursos Públicos



2. Parar os fluxos financeiros ilícitos



3. Garantir a Integridade na Política



4. Promover a Integridade nos Negócios



5. Promover a implementação das leis e normas anti-corupção



6. Expandir o espaço cívico pedindo responsabilização (accountability)



7. Construir liderança comunitária contra a corrupção

No ano 2022 foram desenvolvidos os seguintes projetos, agregados por áreas temáticas:

DESIGNAÇÃO	ACRÓNIMO	ÁREA TEMÁTICA
Pacto de Integridade	IP	Contratação Pública
Corruption Risk Indicators in Emergency	CO.RE	Contratação Pública
Integrity Watch 3.0	IW 3.0	Integridade na Política
Apoio, Proteção e Fortalecimento de Ativistas e Organizações da Sociedade Civil (Guiné Equatorial)	APROFORT	Cooperação para o Desenvolvimento
Academia Cidadã de Direitos Humanos e Boa Governança (Guiné Equatorial)	ACTUA	Cooperação para o Desenvolvimento
Power-Up Anti-Bribery for Human Rights and Sustainable Development	CLEANBIZ	Integridade Corporativa
Civil Society Advancing Beneficial Ownership Transparency	CSABOT	Anti-branqueamento de capitais
Implementação protocolo estabelecido com a Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG)	Integridade no Setor Público e Educação para a Integridade	Formação e Sensibilização
Centro Transparente		

Além dos projetos, foram desenvolvidas/ prosseguidas as seguintes campanhas de monitorização e advocacia:

DESIGNAÇÃO	ÁREA TEMÁTICA
CPI – Índice de Percepção da Corrupção	Transversal
Juntos contra a Corrupção	Transversal, monitorizando implementação da Estratégia Nacional Anti-Corrupção
Integridade na Política	Contra a captura das instituições por formas de influência encobertas, corrupção, clientelismo e favoritismo
Negócios Fantasma	Prevenção do Branqueamento de Capitais
Caderno de Encargos Legislativas 2022	Recomendações TI Portugal para erguer um país mais íntegro, mais transparente e livre de corrupção
Proteger quem denuncia	Proteção de Denunciantes
Contratação Transparente	Contratação Pública e proteção dos fundos europeus
Perguntar não ofende	Acesso à Informação
Vistos Gold	Prevenção do Branqueamento de Capitais
Corrupção e Direitos Humanos	Combate aos Fluxos Financeiros Ilícitos e Recuperação de Ativos, com particular enfoque na CPLP

O detalhe dos projetos e campanhas desenvolvidos pela Associação pode encontrar-se na página dedicada do website: <https://transparencia.pt/o-que-fazemos/>

Pacto de Integridade (IP)

Financiamento	Comissão Europeia (via consórcio liderado pelo Secretariado da Transparency International – TI-S)
Duração	Concluído em 2022
Página do projeto	https://pactodeintegridade.transparencia.pt/inicio/



O Pacto de Integridade é uma ferramenta criada nos anos 1990 pela Transparency International que visa promover a integridade e prevenir a corrupção na Contratação Pública. Em Portugal, trabalhamos a sua implementação juntamente com a Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), numa intervenção financiada com fundos da União Europeia, que foi já em 2023 distinguida como uma das melhores práticas da EU no combate à corrupção. O projeto, iniciado em 2016, terminou formalmente a sua implementação em Portugal em dezembro de 2022., mas ao nível europeu beneficiou de uma *no-cost extension* que permitiu que realizássemos em Lisboa o Final Reporting Workshop (março 2023), juntando todos os parceiros do projeto.

Principais atividades desenvolvidas

- Relatórios de monitorização das principais fases dos procedimentos de contratação pública
- Relatórios da implementação do projeto em Portugal
- Visitas ao Mosteiro de Alcobaça e reuniões de acompanhamento com a DGPC
- Realização de eventos nacionais na área da contratação pública, incluindo workshops e ações de sensibilização
- Participação em eventos internacionais
- Desenvolvimento e criação de vídeos, flyers, brochuras e outros materiais de apoio à disseminação de recomendações e boas práticas nos domínios da contratação pública e boa gestão dos fundos públicos, nacionais e da UE

Corruption Risk Indicators in Emergency (CO.R.E)



O projeto CO.R.E iniciou-se em novembro de 2021, e tem como objetivo desenvolver um indicador composto para detetar riscos de corrupção na contratação pública de emergência. No plano de atividades do projeto, compete à TI Portugal assegurar a qualidade global dos resultados esperados com a intervenção.

Financiamento	Comissão Europeia (via consórcio liderado pela Universidade de Perugia)
Duração	24 meses
Página do projeto	em desenvolvimento

Principais atividades desenvolvidas

- Desenvolvimento do Plano de Qualidade do projeto
- Mapeamento de riscos de implementação
- Relatórios narrativos da implementação do projeto pela TI Portugal
- Apoio às atividades de disseminação
- Participação em eventos e reuniões internacionais

Integrity Watch 3.0 (IW 3.0)

O projeto Integrity Watch 3.0 (IW 3.0), iniciado em janeiro de 2022, prossegue a implementação da ferramenta desenvolvida pelo escritório de ligação da Transparency International junto da União Europeia (TI EU) no conjunto dos Estados-Membros.

A sua implementação em Portugal permitirá correr os registos de interesses e outras declarações de titulares de cargos públicos numa plataforma online, com o objetivo de prevenir eventuais conflitos e aumentar o escrutínio público.

Financiamento	Comissão Europeia (via consórcio liderado pelo Secretariado da Transparency International – TI-S)
Duração	24 meses
Página do projeto	https://www.integritywatch.eu/

Principais atividades desenvolvidas

- Desenvolvimento do Estado da Arte sobre os mecanismos que potenciam a integridade na política e no exercício de cargos públicos em Portugal
- Mapeamento de bases de dados e de fontes de informação
- Participação nas reuniões do consórcio
- Desenvolvimento e criação de materiais de apoio à disseminação de recomendações e boas práticas no domínios da integridade na política



Apoio, Proteção e Fortalecimento de Ativistas e Organizações da Sociedade Civil (Guiné Equatorial) (APROFORT)

O projeto APROFORT, iniciado em 2020, foi o primeiro projeto desenvolvido pela associação na área da cooperação para o desenvolvimento. Teve como objetivo fornecer apoio e proteção e capacitar os ativistas e organizações da sociedade civil que trabalham na promoção dos Direitos Humanos e da Boa Governança na Guiné Equatorial, esperando contribuir para a abolição da pena de morte nesse país, o que foi declarado pelo regime liderado por Teodor Obiang em setembro de 2022.



Principais atividades desenvolvidas

- Apoio e proteção de ativistas, organizações e grupos minoritários vulneráveis através da instalação de uma Clínica Legal gerida a partir de Malabo, capital da Guiné Equatorial
- Criação e manutenção do observatório permanente sobre a situação de direitos humanos e de combate à corrupção na Guiné Equatorial
- Desenvolvimento e criação de materiais de apoio à disseminação de recomendações e boas práticas nos domínios de intervenção do projeto
- Reuniões com stakeholders relevantes, tais como o embaixador da Guiné Equatorial em Portugal, embaixadores de Portugal e da União Europeia junto da Guiné Equatorial, e Secretariado Executivo da CPLP
- Campanha de advocacia pela abolição da pena de morte na Guiné Equatorial e reforço dos instrumentos anticorrupção nesse país da CPLP
- Desenvolvimento de ações de formação e de capacitação para ativistas e organizações da sociedade civil da Guiné Equatorial, com especial enfoque na promoção da luta contra a corrupção como potenciadora da defesa dos direitos humanos
- Financiamento de atividades desenvolvidas por ONG e grupos de cidadãos em Malabo e Bata

Academia Cidadã de Direitos Humanos e Boa Governança (Guiné Equatorial) (ACTUA)

Financiamento	Comissão Europeia (TI Portugal lidera o consórcio constituído por mais duas ONG da Guiné Equatorial)
Duração	36 meses
Página do projeto	em desenvolvimento



O projeto ACTUA teve o seu início após conclusão do projeto APROFORT, em julho de 2022, continuando o trabalho da associação na área da cooperação para o desenvolvimento na Guiné Equatorial. À semelhança da iniciativa anterior, tem como objetivo fornecer apoio e proteção e capacitar os ativistas e organizações da sociedade civil que trabalham na promoção dos Direitos Humanos e da Boa Governança na Guiné Equatorial, desta feita através da instalação de duas Academias de promoção dos Direitos Humanos e da Boa Governança: uma em Malabo (gerida pelo parceiro BOCAMANJA) e outra em Bata (gerida pelo parceiro ASAMA).

Principais atividades desenvolvidas

- Apoio e proteção de ativistas, organizações e grupos minoritários vulneráveis através da instalação de uma Clínica Legal gerida a partir de Malabo, capital da Guiné Equatorial
- Desenvolvimento e criação de materiais de apoio à gestão do projeto e reforço da parceria de implementação
- Reuniões com stakeholders relevantes, tais como o embaixador da Guiné Equatorial em Portugal, embaixadores de Portugal e da União Europeia junto da Guiné Equatorial, e Secretariado Executivo da CPLP

Power-Up Anti-Bribery for Human Rights and Sustainable Development (CLEANBIZ)

O projeto CLEANBIZ teve o seu início em dezembro de 2020, juntando a TI Portugal e os dois capítulos nacionais da Transparency International na Noruega e Islândia numa iniciativa dedicada a fomentar o compromisso do setor empresarial para com os Direitos Humanos e o Desenvolvimento Sustentável através da ampliação dos princípios de responsabilidade social empresarial destinados a prevenir e combater o suborno e as práticas competitivas ilegais e anti-éticas no comércio internacional.

Financiamento	EEA Grants Portugal
Duração	Concluído em 2022
Página do projeto	https://transparencia.pt/en/cleanbiz/



Principais atividades desenvolvidas

- Realização de visitas dedicadas à partilha de experiências e encontros com stakeholders relevantes na Islândia, Noruega e Portugal
- Realização de uma conferência internacional
- Produção de uma página online de recursos para o setor corporativo contendo, entre outras, um Toolkit de Boas Práticas, uma checklist de auto-diagóstico e um curso e-learning, também desenvolvidos pela parceria

Civil Society Advancing Beneficial Ownership Transparency (CSABOT)



Financiamento	Comissão Europeia (via Secretariado da Transparency International: TI-S)
Duração	Concluído em 2022
Página do projeto	https://transparencia.pt/transparencia-beneficiarios-efetivos/

Com o apoio da Comissão Europeia, a TI Portugal desenvolveu o projeto Civil Society Advancing Beneficial Ownership Transparency (CSABOT), integrado na Preparatory action – Capacity building programmatic development and communication in the context of the fight against money laundering and financial crimes, que teve como objetivo promover o uso maior e mais abrangente de dados de propriedade efetiva por atores da sociedade civil, incluindo ONGs, Academia, Jornalistas, Sindicatos, e Público em geral.

Principais atividades desenvolvidas

- Desenvolvimento do Estado da Arte sobre transparência dos beneficiários efetivos em Portugal
- Apoio à elaboração dos recursos formativos (manual e casos de estudo) para a formação
- Realização de uma conferência
- Realização de um curso de formação online
- Disseminação dos resultados do projeto em Portugal

Protocolo com a Direção-Geral de Energia e Geologia (Protocolo DGEG)

A 30 de dezembro de 2021, a associação firmou um protocolo de colaboração com a Direção-Geral de Energia e Geologia dirigido a apoiar a implementação das medidas 4.1.5 - Mecanismo Interno de Reporte de Denúncias e 4.1.6 – Educação para a Integridade Pública do Plano de Prevenção dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Direção-Geral de Energia e Geologia 2021-2025.



Financiamento	DGEG (prestação de serviços)
Duração	24 meses

Principais atividades desenvolvidas

- Apoio ao desenho do modelo de operacionalização dos canais de denúncia interna da DGEG, nos termos do artº 9 da Diretiva (UE) 2019/1937, de 23 de outubro do Parlamento Europeu e do Conselho Europeu, e da sua transposição para a legislação nacional por via da Lei nº 93/ 2021, de 20 de dezembro
- Apoio ao lançamento das bases para elaboração de eventuais peças de procedimento de contratação pública a lançar pela DGEG com vista à gestão, por entidade externa, da receção de denúncias, nos termos da lei
- Apoio à regulamentação e operacionalização da componente Sistema Interno de Reporte e Tratamento de Denúncias
- Desenvolvimento de projetos formativos de educação para a integridade (Integrity Training Day e Integrity Bootcamp) com o envolvimento da Fundação O Século

Centro de Documentação e Informação sobre Transparência, Boa Governança e Democracia (Centro Transparente)



O Centro Transparente, criado com o objetivo de apoiar a construção da cidadania através da aprendizagem e discussão crítica sobre as diferentes questões que animam a consolidação de uma sociedade mais justa e mais igual, encontra-se sediado na Biblioteca Manoel Chaves Caminha, em Alvalade, e é também o local sede da associação onde se encontra a equipa.

A **Provedoria TI-PT**, serviço de apoio a denunciante e vítimas de corrupção e infrações conexas continuou também ativa, mas prossegue com inúmeros constrangimentos pela falta de recursos humanos com conhecimentos jurídicos capazes de prestar esclarecimento e encaminhamento para as autoridades competentes.

Principais atividades desenvolvidas

- Apoio e aconselhamento a denunciante e vítimas de corrupção (Provedoria TI Portugal)
- Acolhimento de visitantes
- Ações de formação e de sensibilização (presenciais e online)
- Festival Transparente
- GADI TI Portugal
- Apoio às atividades dos projetos em curso na associação

Finanças 2022

Em 2022, a gestão financeira da Associação continuou a ser realizada primordialmente em razão dos projetos financiados, que representam ainda a principal fonte de recursos e de suporte das atividades da Associação.

Os procedimentos em vigor estão estabilizados e fazem-se de acordo com as recomendações internacionais para o setor e a Norma Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo, complementando o reporte obrigatório ao Secretariado da Transparency International por efeito da nossa acreditação enquanto capítulo nacional. Nesse contexto, as contas da Associação são submetidas anualmente à fiscalização e avaliação de risco (C-FRA, Chapter Financial Risk Assessment).

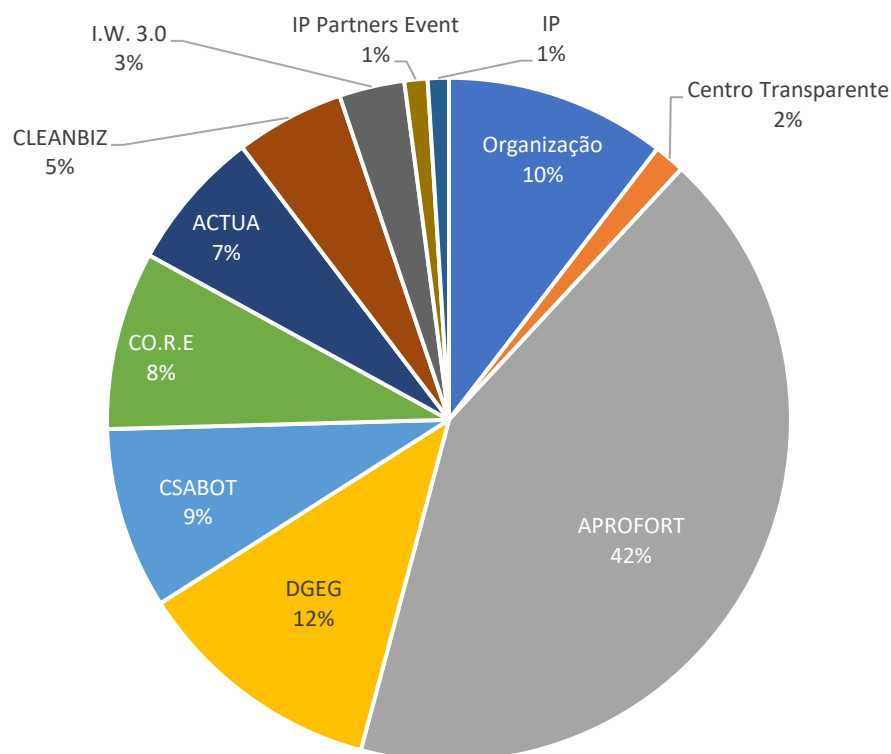
Quanto à sustentabilidade financeira, em 2022, a disponibilidade de fundos não inscritos nos planos de trabalhos de projetos financiados continua bastante abaixo do desejável, mas a escolha das áreas de trabalho nas diferentes candidaturas prossegue alinhada com os objetivos estratégicos da TI Portugal e da Transparency International, pelo que, ainda que a capacidade da Associação em empreender trabalho fora do contexto de projetos continue limitada, os seus efeitos sobre o impacto encontram-se plenamente mitigados: continuamos a monitorar políticas públicas de forma independente, e a emitir pareceres e recomendações assertivos, o que decorre em larga medida do trabalho desenvolvido e da experiência adquirida no contexto de projetos e campanhas financiados.

Em 2022, o total de valores recebidos ascendeu a cerca de 230.000 EUR, aumentando face a 2022 em razão das prestações de serviços. O total angariado por via de “Subvenções Públicas” representa 76%, traduzindo a participação em concursos competitivos lançados por instituições como a Comissão Europeia e a Transparency International (enquanto responsável pela coordenação de projetos subvencionados).

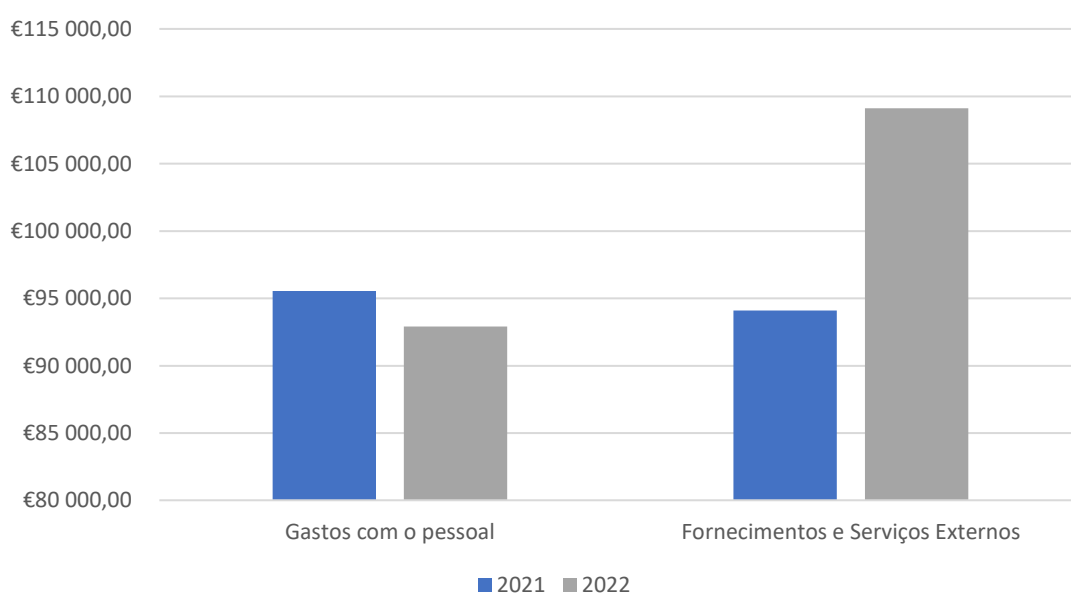
Nessa medida, é tão importante assegurar a boa execução dos projetos financiados, o que depende da capacidade instalada da Associação para o efeito, como diversificar fontes de financiamento por razões de solidificação e sustentabilidade, particularmente financeira e estratégica, da Associação.

O recebimento de quotas e de donativos continua, ainda, significativamente abaixo do esperado. Não é possível saber todas as razões que contribuem para esta trajetória, sobretudo depois de uma crise pandémica e económico-social por efeito da guerra na Ucrânia, porém, foi já deliberado pela Direção em 2023, o reforço da comunicação aos Associados em ordem a clarificar e regularizar as quotizações.

Distribuição de encargos/ atividade 2022



Evolução de Despesas 2021 - 2022

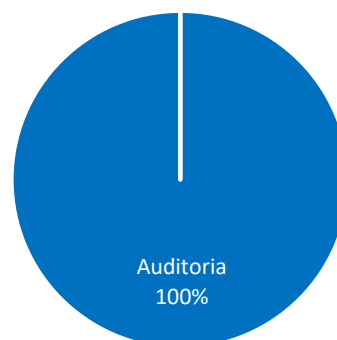


Pacto de Integridade (IP)

Execução Financeira:

Orçamento aprovado	443 836,00 €
% Execução	99,91%
% Subvenção	100%
Saldo a 31-12-2022	0,00€

Execução Financeira em 2022

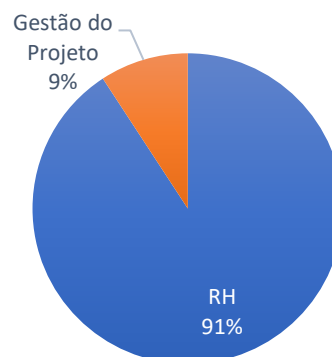


CO.RE

Execução Financeira:

Orçamento aprovado	51 675,65 €
% Execução	38,70%
% Subvenção	90%
Saldo a 31-12-2022	4 045,41 €

Execução Financeira em 2022

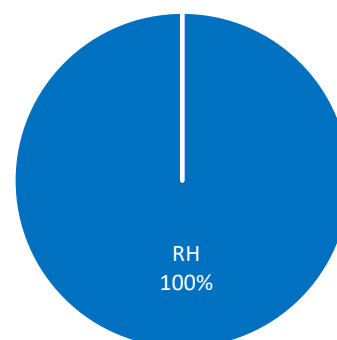


IW 3.0

Execução Financeira:

Orçamento aprovado	16 329,27 €
% Execução	44,92%
% Subvenção	90%
Saldo a 31-12-2022	2 927,94 €

Execução Financeira em 2022



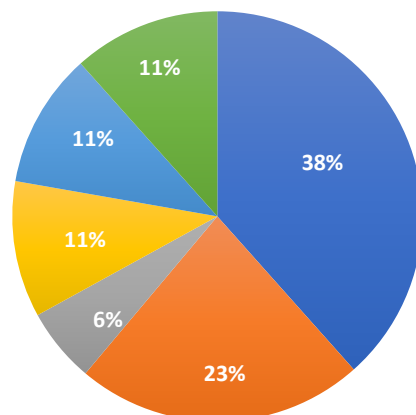
APROFORT

Execução Financeira:

Orçamento aprovado	260 030,35 €
% Execução	84,58%
% Subvenção	95%
Saldo a 31-12-2022	-12 687,40 €

A execução financeira do projeto APROFORT foi marcadamente afetada pela circunstância do projeto se ter iniciado em pleno ecloir da pandemia COVID-19 e ter decorrido com bastantes constrangimentos no que se refere à organização de missões de trabalho a Malabo.

Execução Financeira em 2022



- RH
- Formação de Ativistas
- Advocacia
- Clínica Legal
- Apoios a Terceiros (Subgrants)
- Auditoria e Avaliação Externa

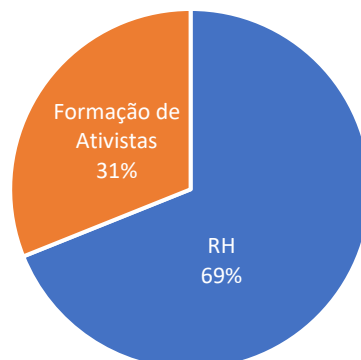
ACTUA

Execução Financeira:

Orçamento aprovado	368 421,05 €
% Execução	4,30%
% Subvenção	95%
Saldo a 31-12-2022	98 455,12 €

A execução financeira e de atividades do projeto esteve bastante condicionada tendo em conta a instabilidade política na Guiné Equatorial durante o período pré e pós eleitoral que decorreu no 2º semestre de 2022.

Execução Financeira em 2022



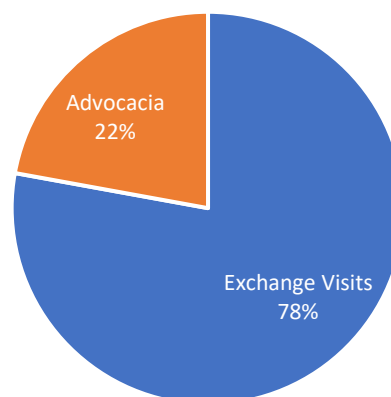
CLEANBIZ

Execução Financeira:

Orçamento aprovado	12 841,30 €
% Execução	88,95%
% Subvenção	90%
Saldo a 31-12-2022	5 656,97 €

A execução financeira e de atividades do projeto esteve igualmente condicionada pelo contexto pandémico durante todo o ano 2021. Sendo uma iniciativa financiada pelo fundo de Cooperação Internacional das EEA Grants, a impossibilidade de se realizarem visitas de trabalho até ao início de 2022 impediu de algum modo o avanço nos trabalhos preparatórios de alguns dos recursos a disponibilizar pelo projeto e, por outro lado, concentrou na TI Portugal, enquanto coordenador, a maior responsabilidade sobre a sua produção, ainda que sem dispor de verbas para financiar o trabalho da equipa.

Execução Financeira em 2022

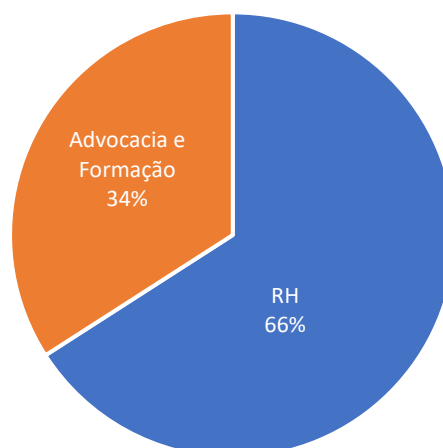


CSABOT

Execução Financeira:

Orçamento aprovado	19 030,00 €
% Execução	100%
Saldo a 31-12-2022	0,00 €

Execução Financeira em 2022

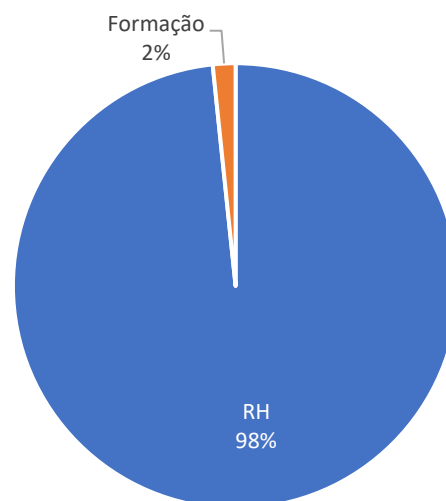


PROTOCOLO DGEG

Execução Financeira:

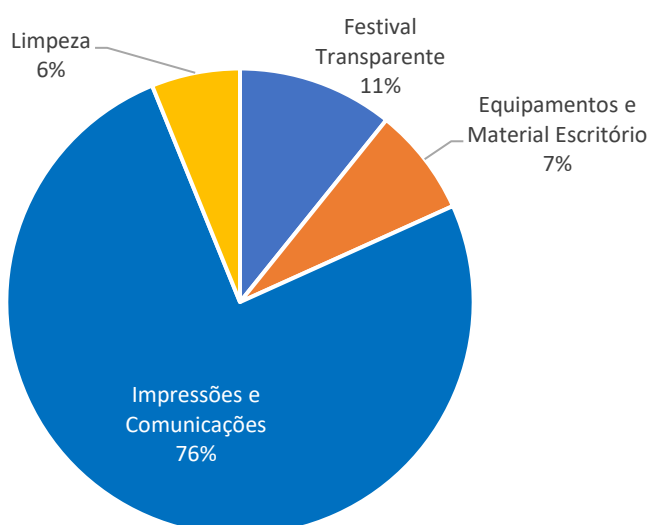
Orçamento aprovado	37 092,00 €
% Execução	70,73%
Saldo a 31-12-2022	-431,02 €

Execução Financeira em 2022

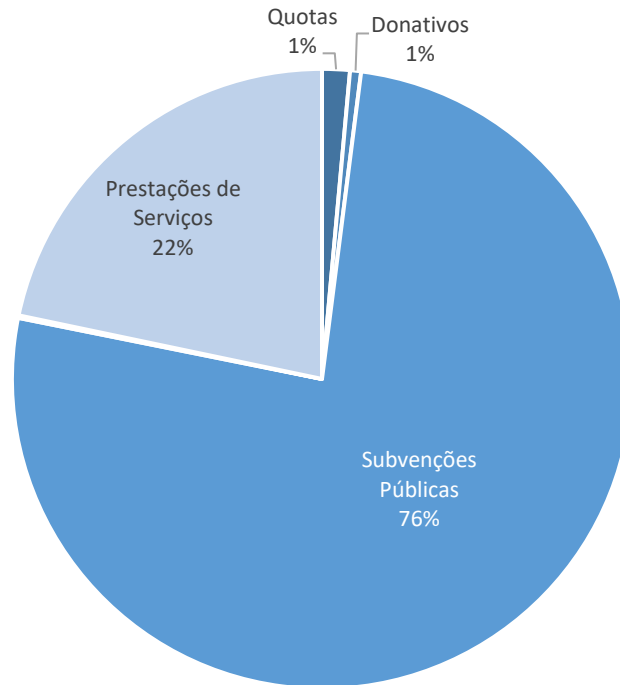


Centro Transparente

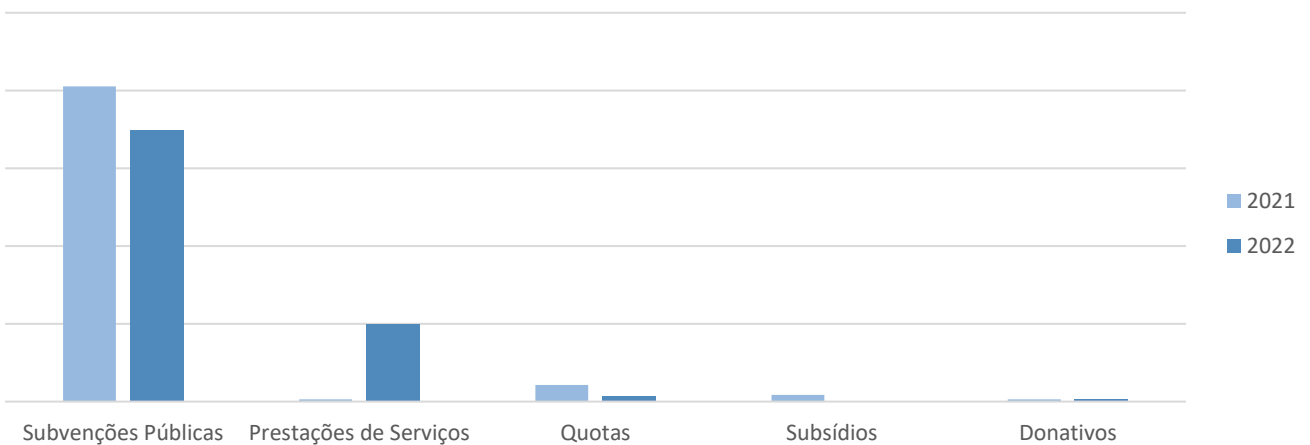
Execução Financeira em 2022



Recebimentos 2022



Evolução de Recebimentos 2021-2022



Detalhe de Recebimentos 2022

SUBVENÇÕES PÚBLICAS

Doador	Projeto	Montante recebido em 2022
DG HOME, European Commission (via TI-S)	Integrity Watch 3.0	3 674,00 €
DG HOME, European Commission (via Università degli Studi di Perugia)	CO.R.E	13 952,43 €
DG REGIO, European Commission (via TI-S)	IP	43 972,06 €
DG INTPA, European Comission	ACTUA	113 260,00 €
Total		174 858,49 €

SUBSÍDIOS DE OUTRAS ENTIDADES PARA FINANCIAMENTO DE PROJETOS

Doador	Projeto	Montante recebido em 2022
Transparency International - Secretariat	Export Corruption Report 2022	300,00 €
Total		300,00 €

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Cliente	Serviço	Montante recebido em 2022
Centro de Formação da Associação de Escolas Rómulo de Carvalho (Escola Secundária José Saramago, Mafra)	Formação	100,00 €
Ius Gentium Conimbrigae - Centro de Direitos Humanos (Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra)	Formação	100,00 €
Instituto Português de Oncologia de Lisboa Francisco Gentil	Formação	2 400,00 €
DG REGIO, European Commission (via TI-S)	IP Final reporting workshop	2 424,00 €
DG FISMA, European Commission (via TI-S)	CSABOT	19 030,00 €
Direção-Geral de Energia e Geologia	Implementação do Protocolo	25 806,00 €
Total		49 860,00 €

TI – TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE, ASSOCIAÇÃO CÍVICA

Prestação de Contas

Período 2022



Lisboa, 30 de Março de 2023

ÍNDICE

Demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2022

• Balanços em 31 de dezembro de 2022 e 2021.....	3
• Demonstrações dos Resultados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.....	4
• Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2022 e 2021.....	5
• Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2022	6
• Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021.....	7
1. Identificação da Entidade	8
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	8
3. Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros	9
3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.....	9
3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes	9
3.3. Principais pressupostos relativos ao futuro.....	11
4. Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros	11
5. Investimentos financeiros	12
6. Créditos a receber	12
9. Caixa e Depósitos Bancários.....	13
10. Fundos Patrimoniais	14
12. Estado e Outros Entes Públicos	14
13. Outros Passivos Correntes.....	14
14. Rêdito	15
15. Fornecimentos e Serviços Externos	15
16. Gastos com o Pessoal.....	16
17. Outros rendimentos	16
18. Outros gastos	16
20. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	17

TI - TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE, ASSOCIAÇÃO CÍVICA

Balanços em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.22	31.Dez.21
ACTIVO			
Activo não corrente			
Investimentos financeiros	5	2 379,15	-
		2 379,15	0,00
Activo corrente			
Créditos a receber	6	30 817,54	30 042,68
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		-	2 386,38
Diferimentos	7	1 726,24	-
Outros activos correntes	8	1 080,00	-
Caixa e depósitos bancários	9	218 723,31	212 790,23
		252 347,09	245 219,29
Total do Activo		254 726,24	245 219,29
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	10	72 021,75	72 021,75
Resultados transitados	10	58 969,79	55 588,29
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	10	3 185,70	3 185,70
		134 177,24	130 795,74
Resultado líquido do período		-1 852,50	3 381,50
Total dos Fundos Patrimoniais		132 324,74	134 177,24
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	11	575,26	169,73
Estado e outros entes públicos	12	3 546,38	2 921,15
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		1,62	-
Diferimentos	7	110 898,24	107 951,17
Outros passivos correntes	13	7 380,00	-
		122 401,50	111 042,05
Total do Passivo		122 401,50	111 042,05
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		254 726,24	245 219,29

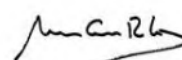
Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Lisboa, 30 de Março de 2023

CONTABILISTA CERTIFICADO

Elisabete Amaro
73867

A DIREÇÃO



TI - TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE, ASSOCIAÇÃO CÍVICA

Demonstrações dos Resultados por Naturezas
Períodos findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.22	31.Dez.21
Vendas e serviços prestados	14	64 829,35	20 235,97
Subsídios, doações e legados à exploração	14	176 496,96	208 661,82
Fornecimentos e serviços externos	15	(112 931,80)	(94 108,52)
Gastos com o pessoal	16	(94 513,05)	(95 544,66)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	6	(15 312,39)	(2 120,11)
Outros rendimentos	17	2 164,64	70,21
Outros gastos	18	(22 586,21)	(33 813,21)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(1 852,50)	3 381,50
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(1 852,50)	3 381,50
Resultado antes de impostos		(1 852,50)	3 381,50
Resultado líquido do período		(1 852,50)	3 381,50

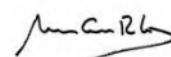
Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Lisboa, 30 de Março de 2023

CONTABILISTA CERTIFICADO

Elisabete Amaro
73867

A DIREÇÃO



TI - TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE, ASSOCIAÇÃO CÍVICA

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Períodos findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.22	31.Dez.21
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		241 326,31	226 511,41
Pagamentos a fornecedores		(112 356,54)	(93 938,79)
Pagamentos ao pessoal		(94 513,05)	(95 544,66)
Caixa gerada pelas operações		34 456,72	37 027,96
 Outros recebimentos/pagamentos		 (28 523,64)	 (38 982,63)
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)		5 933,08	(1 954,67)
 Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos Fixos Tangíveis			
Recebimentos provenientes de:			
Juros e Rendimentos Similares			
 Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)		 -	 -
 Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Realização de Fundos		-	-
 Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares			
 Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)		 -	 -
 Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		 5 933,08	 (1 954,67)
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		212 790,23	214 744,90
Caixa e seus equivalentes no fim do período	9	218 723,31	212 790,23

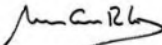
Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Lisboa, 30 de Março de 2023

CONTABILISTA CERTIFICADO

Elisabete Amaro
73867

A DIREÇÃO



T1 - TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE, ASSOCIAÇÃO CÍVICA

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais - Período de 2022

(Valores expressos em euros)

Fundos Patrimoniais							
	Notas	Fundos	Resultados transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais	
Posição no Início do Período 2022	1	10	72 021,75	55 588,29	3 185,70	3 381,50	134 177,24
Alterações no período							
Aplicação do resultado líquido do ano anterior		-	3 381,50	-	-	(3 381,50)	-
	2	-	3 381,50	-	-	(3 381,50)	-
Resultado Líquido do Período	3					(1 852,50)	(1 852,50)
Resultado Extensivo	4 = 2 + 3					(5 234,00)	(1 852,50)
Operações com Instituidores no Período							
	5	-	-	-	-	-	-
Posição no Fim do Período 2022	6 = 1 + 2 + 3 + 5	10	72 021,75	58 969,79	3 185,70	(1 852,50)	132 324,74

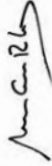
Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Lisboa, 30 de Março de 2023

CONTABILISTA CERTIFICADO

Elisabete Amaro
73867

A DIREÇÃO



TI - TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE, ASSOCIAÇÃO CÍVICA

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais - Período de 2021

(Valores expressos em euros)

Fundos Patrimoniais						
	Notas	Fundos	Resultados transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais
	1	31 565,61	47 391,27	3 185,70	48 653,16	130 795,74
Posição no Início do Período 2021						
Alterações no período						
Aplicação do resultado líquido do ano anterior		40 456,14	8 197,02	-	(48 653,16)	-
	2	40 456,14	8 197,02	-	(48 653,16)	-
Resultado Líquido do Período	3				3 381,50	3 381,50
Resultado Extensivo	4 = 2 + 3				(45 271,66)	3 381,50
Operações com Instituidores no Período	5	-	-	-	-	-
Posição no Fim do Período 2021	6 = 1 + 2 + 3 + 5	72 021,75	55 588,29	3 185,70	3 381,50	134 177,24

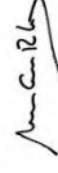
Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Lisboa, 30 de Março de 2023

CONTABILISTA CERTIFICADO

Elisabete Amaro
73867

A DIREÇÃO



TI – Transparência e Integridade, Associação Cívica

Anexo às Demonstrações Financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em euros)

1. Identificação da Entidade

A TI – Transparência e Integridade, Associação Cívica (doravante designada por “TI” ou “Associação”) é uma associação, pessoa coletiva de direito privado, de âmbito nacional, independente e sem fins lucrativos, tendo a sua sede na Avenida Rio de Janeiro nº 30, Piso 1, freguesia de Alvalade, no concelho de Lisboa e número de identificação de pessoa coletiva 509 569 242.

A missão principal da TI é promover a legalidade democrática e a boa governação, combatendo a corrupção e fomentando os valores da transparência, integridade e responsabilidade na opinião pública, nos cidadãos e nas instituições e empresas públicas e privadas, nomeadamente através da realização de campanhas públicas, projetos de investigação, ações de formação e da cooperação com outras organizações governamentais e não governamentais.

Na prossecução da sua missão, a Associação rege-se pelos valores e princípios da transparência e integridade, da responsabilidade, responsabilização e rigor, da solidariedade e coragem, da justiça e equidade, da objetividade e independência e da defesa dos valores fundamentais da democracia.

É do entendimento da Direção que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da TI, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras da TI foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 36 - A/2011, de 9 de março, ajustado pela Portaria nº 220/2015 de 24 de julho. O Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector não Lucrativo (SNC -ESNL) é composto pelos seguintes instrumentos: Bases para a apresentação de demonstrações financeiras (BADF); Modelos de demonstrações financeiras (MDF); Código de Contas (CC); Norma contabilística e de relato financeiro para entidades do sector não lucrativo (NCRF-ESNL); Normas interpretativas (NI).

As demonstrações financeiras incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações dos Fundos Patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, são expressas em Euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2022 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2021.

3. Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF-ESNL requer que a Direção formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

a) Contas a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior. Em consequência, a 31 de dezembro do ano de reporte, em face da antiguidade dos saldos em aberto, são reconhecidas as seguintes imparidades acumuladas:

<u>Ano de Quota</u>	<u>Imparidade</u>
n-5	100%
n-4	90%
n-3	80%
n-2	70%
n-1	60%
n	50%

b) Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

Os montantes incluídos na rubrica de "Depósitos Bancários e Caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria.

c) Provisões

São reconhecidas provisões quando:

- A TI tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e,
- É possível efetuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

A quantia reconhecida como uma provisão é a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

d) Fornecedores e outros passivos correntes

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal.

e) Ativos e passivos contingentes

A TI não reconhece ativos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo de que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

f) Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

g) Rédito

O crédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O crédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos.

A TI reconhece crédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a TI obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do crédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma transação estejam substancialmente resolvidas. A TI baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços. São consideradas prestação de serviços as quotizações próprias.

De acordo com o artigo 7º dos Estatutos da TI, no que concerne à Quotização, está estabelecido:

- Os Associados efetivos pagam uma quota anual, fixada em Assembleia-Geral, passível de revisão quando tal conste da respetiva convocatória;
- Os Associados candidatos a órgão associativo ou nomeados para qualquer função interna da Associação têm de ter as quotas pagas, incluindo as vincendas, à data do prazo de candidatura ou da data de nomeação;
- Para efeitos do número anterior, o cumprimento das quotas pelos candidatos constantes da lista apresentada deve ser verificado pelos serviços da Associação no prazo de cinco dias após a receção da lista, devendo notificar o candidato faltoso do prazo de três dias para efetuar o pagamento, sob pena de exclusão da lista ou não nomeação.

h) Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a TI irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

O benefício resultante de um financiamento do Governo (ou equivalente) a uma taxa de juro inferior ao mercado é tratado como um subsídio do Governo, sendo mensurado como a diferença entre o montante recebido e o justo valor do empréstimo determinado tendo por base as taxas de juro de mercado.

Os subsídios do Governo associados à aquisição de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos nos Fundos Próprios na rubrica "Outras Variações dos Fundos Próprios", sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício, de forma consistente e proporcional com as depreciações dos ativos cuja aquisição se destinaram.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

i) Especialização de períodos

A TI regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de períodos, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

j) Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar, de acordo com a legislação aplicável.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Federação dos anos de 2019 a 2022 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão e correção. A Direção entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

k) Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.3. Principais pressupostos relativos ao futuro

Os meios financeiros necessários à consecução das atividades da TI são, maioritariamente, obtidos através de subsídios periódicos ou extraordinários de entidades terceiras, as quais decorrem do financiamento de projetos específicos. Consequentemente a continuidade das operações da TI encontra-se dependente da manutenção do suporte financeiro de terceiras entidades.

4. **Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros**

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2022 não foram feitas alterações nas estimativas contabilísticas.

5. Investimentos financeiros

O movimento ocorrido na rubrica "Investimentos financeiros", nos períodos de 2022 e 2021 foi o seguinte:

	<u>31-Dez-22</u>	<u>31-Dez-21</u>
	<u>Corrente</u>	<u>Corrente</u>
Investimentos Financeiros - FCT	2 379,15	-
	<u>2 379,15</u>	<u>-</u>

A 31 de dezembro de 2022 foi reconhecido o valor dos Fundo de Compensação do Trabalho, tendo nas circunstâncias impactado a rubrica "Correções relativas a períodos anteriores" no valor de 2.164,64 euros (Nota 17).

6. Créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os saldos da rubrica "Créditos a receber" foram como segue:

	<u>31-Dez-22</u>	<u>31-Dez-21</u>
	<u>Corrente</u>	<u>Corrente</u>
Devedores por acréscimos de rendimentos:		
Quotas (valor bruto)	63 860,00	50 838,02
Imparidade acumuladas (Quotas)	-46 103,80	-30 791,41
	17 756,20	50 838,02
Subsídios	13 061,34	9 996,07
	<u>30 817,54</u>	<u>20 046,61</u>

Nas quotas foi reconhecido um reforço de perdas por imparidade para os valores cuja cobrabilidade é duvidosa, devido ao histórico de incobrabilidade.

O detalhe do saldo reportado a 31 de dezembro de 2022 da rubrica de subsídios, resulta do reconhecimento de acréscimos de rendimentos em relação aos seguintes dos projetos:

		<u>31-Dez-22</u>
Acréscimos de rendimentos:		
Corruption Risk Indicators in Emergency	Co.R.E.	4 045,41
Integrity Watch 3.0	I.W. 3.0	2 927,94
Power Up Anti Bribery for Human Rights and Sustainable Development	Cleanbiz	5 656,97
Direção Geral de Energia e Geologia	DGEG	431,02
		<u>13 061,34</u>

7. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 os saldos da rubrica "Diferimentos" do ativo e passivo foram como segue:

	31-Dez-22	31-Dez-21
Diferimentos (Activo)		
Fornecimentos e Serviços externos	1 726,24	-
	1 726,24	0,00
Diferimentos (Passivo)		
Rendimentos a reconhecer - Projectos em curso:		
Quotas	-	192,00
Subsídios	110 898,24	107 759,17
	110 898,24	107 951,17

O valor apresentado em 2022 em subsídios resulta de rendimentos a reconhecer nos seguintes projetos:

		31-Dez-22
Rendimentos a reconhecer:		
Academia Cidadã de Direitos Humanos e Boa Governança (Guiné Equatorial)	ACTUA	98 210,84
Apoio, Proteção e Fortalecimento de Ativistas e Organizações da Sociedade Civil (Guiné Equatorial)	Aprofort	12 687,40
		110 898,24

8. Outros ativos correntes

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021, a rubrica "Outros ativos correntes" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-22	31-Dez-21
	Corrente	Corrente
Adiantamentos a Fornecedores	1 080,00	
	1 080,00	-

O valor refere-se a um pagamento efetuado a mais recebido em 2023.

9. Caixa e Depósitos Bancários

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	31-Dez-22	31-Dez-21
Caixa	-	78,51
Depósitos à ordem	218 723,31	212 711,72
	218 723,31	212 790,23

10. Fundos Patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 a decomposição dos Fundos patrimoniais apresentavam-se como segue:

	31-Dez-22	31-Dez-21
Fundos	72 021,75	72 021,75
Resultados transitados	58 969,79	55 588,29
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	3 185,70	3 185,70
	134 177,24	130 795,74
Resultado Líquido do período	-1 852,50	3 381,50
	132 324,74	134 177,24

11. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-22	31-Dez-21
Fornecedores conta corrente	575,26	169,73
	575,26	169,73

12. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31-Dez-22	31-Dez-21
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	1 577,39	1 135,50
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	255,81	69,82
Segurança Social	1 713,18	1 715,83
	3 546,38	2 921,15

Em 31 de Dezembro de 2022, não se registavam quaisquer montantes em mora em relação ao Estado e Outros entes Públicos.

13. Outros Passivos Correntes

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	31-Dez-22	31-Dez-21
	Corrente	Corrente
Credores por acréscimos de gasto	7 380,00	-
	7 380,00	-

O valor relativo à rubrica de Credores por acréscimo de gastos, refere-se ao gasto com os serviços profissionais de contabilidade relativo ao ano 2022.

14. Rédito

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 as quantias reconhecidas por categoria de rédito, são como segue:

	31-Dez-22	31-Dez-21
Prestação de serviços:		
Quotizações	16 596,00	16 104,00
Outras prestações de serviços	48 233,35	4 131,97
	<u>64 829,35</u>	<u>20 235,97</u>
Subsídios, doações e legados à exploração:		
Subsídios	174 653,67	207 148,53
Donativos	1 550,89	1 188,29
Angariação de Fundos	292,40	325,00
	<u>176 496,96</u>	<u>208 661,82</u>
	<u>241 326,31</u>	<u>228 897,79</u>

O valor apresentado no período findo em 31 de dezembro de 2022 em subsídios resulta dos seguintes projetos:

		31-Dez-22
Pacto de Integridade	Projeto IP	33 975,99
Academia Cidadã de Direitos Humanos e Boa Governança (Guiné Equatorial)	ACTUA	15 049,16
Apoio, Proteção e Fortalecimento de Ativistas e Organizações da Sociedade Civil (Guiné Equatorial)	Aprofort	90 448,90
Corruption Risk Indicators in Emergency	Co.R.E.	17 997,84
Integrity Watch 3.0	I.W. 3.0	6 601,94
Power Up Anti Bribery for Human Rights and Sustainable Development	Cleanbiz	10 279,84
Export Corruption Report 2022	ECR 2022	300,00
		<u>174 653,67</u>

15. Fornecimentos e Serviços Externos

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	31-Dez-22	31-Dez-21
Serviços especializados	(60 209,18)	(75 786,69)
Deslocações, estadas e transportes	(36 598,20)	(10 903,45)
Outros	(9 168,97)	(1 547,27)
Materiais	(3 579,04)	(2 001,08)
Rendas e Alugueres	(1 505,28)	(1 327,26)
Comunicação	(960,94)	(1 076,62)
Limpeza Higiene e Conforto	(574,31)	(666,55)
Contencioso e notariado	(335,88)	(799,60)
	<u>(112 931,80)</u>	<u>(94 108,52)</u>

16. Gastos com o Pessoal

O número médio de pessoas ao serviço na TI nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 foi de 3 trabalhadores.

	31-Dez-22	31-Dez-21
Remunerações do pessoal	(76 104,13)	(77 068,41)
Encargos sobre remunerações	(17 038,18)	(17 259,19)
Seguros de acidentes no trabalho	(706,62)	(891,04)
Outros gastos com pessoal	(664,12)	(326,02)
	(94 513,05)	(95 544,66)

Os membros dos órgãos diretivos não auferem qualquer remuneração pelo cargo directivo que desempenham.

17. Outros rendimentos

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	31-Dez-22	31-Dez-21
Correções relativas a períodos anteriores	2 164,64	-
Outros rendimentos e ganhos	-	70,21
	2 164,64	70,21

O valor apresentado a 31 de dezembro de 2022 na rubrica “Correções relativas a períodos anteriores” corresponde ao acerto efetuado nos Fundo de Compensação do Trabalho (Nota 5).

18. Outros gastos

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	31-Dez-22	31-Dez-21
Impostos	(246,37)	(69,82)
Outros gastos e perdas:		
Correções relativas a exercícios anteriores	-	(3 651,89)
Donativos	(150,00)	-
Multas e penalidades	-	(75,00)
Outros	(13,67)	-
Custos com Apoios - Subgrants	(22 176,17)	(30 016,50)
	(22 586,21)	(33 813,21)

A rubrica Custos com Apoios – Subgrants corresponde aos gastos incorridos com o projeto Aprofort – Clínica Legal, que tem sido desenvolvido na Guiné Equatorial.

19. Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

A Associação viu o seu pedido de isenção de IRC indeferido, já no início de 2023. Foi apresentada reclamação à decisão. No entanto, não esperamos impactos significativos nas Demonstrações Financeiras.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

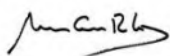
20. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Direção informa que a TI não apresenta dívidas ao Estado em situação de Mora, nos termos do artigo 177º-A do CPPT.

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 208º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, aprovado pela Lei nº 110/2009, de 16 de setembro, na sua versão atualizada, a Direção informa que a situação da TI perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Lisboa 30 de Março de 2023

A DIRECÇÃO



CONTABILISTA CERTIFICADO

Elisabete Amaro
73867

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

PERIODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Nos termos do previsto no n.º 6 do artigo 12.º do Código Deontológico dos Contabilistas Certificados, emite-se a presente declaração a pedido de **Elisabete Moreira Amaro, Contabilista Certificado n.º 73.867**, a quem compete a planificação, organização e execução da nossa contabilidade e assunção da responsabilidade técnica, em termos contabilísticos e fiscais.

As funções de Contabilista Certificado até ao período 2021 da TI – Transparência e Integridade, Associação Cívica (doravante designada por “TI”), encontraram-se adstritas a outro membro da Ordem dos contabilistas certificados.

Esta declaração foi preparada com base nas demonstrações financeiras, reportadas a 31 de dezembro de 2022, as quais foram aprovadas pela TI, tendo sido elaboradas a partir dos registos da contabilidade e respetivos documentos de suporte disponibilizados pela Associação. Neste sentido, é da Responsabilidade da Associação garantir a autenticidade e veracidade das operações que os mesmos descrevem, bem como pela informação (documentação) que servirá de base ao reporte na modelo 22 e respetiva IES.

Devido à importância desta declaração de responsabilidade para o integral desempenho das funções de Contabilista Certificado, a Associação acorda libertar o agora Contabilista Certificado, de qualquer passivo ou custos relacionados com os serviços prestados, ao abrigo desta carta, imputável a qualquer informação imprecisa prestada pela Direção.

Para tanto, a Associação TI, contribuinte nº 509569242, declara que:

- Não foram omitidos quaisquer documentos, correspondência relevante, atas das reuniões da Direção, tendo sido prestadas todas as informações adicionais para melhor compreensão dos mesmos.
- Foram transmitidos todos os compromissos e todas as responsabilidades, reais ou contingentes que afectam a situação da associação.
- A Associação não tem nenhum litígio ou conflito esperado com qualquer entidade, para além dos divulgados nas Demonstrações Financeiras.
- Não existem acordos em quaisquer instituições envolvendo compensações de saldos, restrições de movimentos de dinheiro ou linhas de crédito, para além dos divulgados.
- Não existem irregularidades envolvendo a Direção que possam ter efeito relevante nas Demonstrações Financeiras.
- Foram cumpridas todas as obrigações fiscais e para fiscais. De acordo com o disposto no Artigo 21º do Decreto-Lei Nº 411/91, de 17 de outubro, cumpre declarar que, à data de 31 de dezembro de 2022, não se encontravam em mora quaisquer débitos da Associação ao Estado e à Segurança Social.
- Não temos projetos ou ações em curso que possam afectar a continuidade das operações e da Associação.
- Todas as contas bancárias em nome da Associação se encontram devidamente refletidas nos seus registos contabilísticos.
- Todas as situações que possam afetar as Demonstrações Financeiras e fiscais foram comunicadas em devido tempo.

Deste modo a vossa responsabilidade sobre a preparação das demonstrações financeiras e das declarações fiscais, nomeadamente ao Modelo 22, e IES – Informação Empresarial Simplificada, encontra-se limitada, à organização contabilística dos documentos disponibilizados, de acordo com o normativo em vigor (Sistema de Normalização Contabilístico -SNC) e ao preenchimento dessas declarações no sentido de ser cumprida a legislação em vigor.



A Direção

Lisboa, 30 de março de 2023



Transparência e Integridade, Associação Cívica

Avenida Rio de Janeiro, 30-A, Piso 1
1700-336 Lisboa
PORTUGAL

T: +351 218873412 (Geral/ Office)
E: hello@transparencia.pt

transparencia.pt